

LEI MUNICIPAL Nº 1938 DE 16 DE JUNHO DE 2015

Institui Plano Municipal de Educação, com participação representativa do Conselho Municipal de Educação e dos Segmentos das Comunidades Escolares, entidades governamentais e não governamentais – 2014-2015 e revoga Lei 1271/2008 e dá outras providências.

CARLOS CARDINAL OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Garruchos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço Saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRUCHOS – RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTO E TURISMO.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 a 2024.



Garruchos-RS, Junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRUCHOS – RS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTO E
TURISMO.**

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 A 2024

Contribuição da Secretaria Municipal de Educação, com participação representativa do Conselho Municipal de Educação e dos segmentos das comunidades escolares, entidades governamentais e não governamentais – ano: 2014 e 2015.

Garruchos-RS, Junho de 2015.

APRESENTAÇÃO

A Lei Federal nº. 13.005/2014 que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação, estabelece os objetivos gerais da Educação em conformidade com os termos da Constituição Federal, apresenta um diagnóstico e o histórico da Educação brasileira, traça as diretrizes de ação, determina os objetivos e metas a serem alcançados dentro do prazo de dez (10) anos, a contar de sua vigência.

O Plano Municipal de Educação de Garruchos foi elaborado de acordo com o Plano Nacional de Educação, adequando-se a realidade do município, abrangendo a época de sua fundação, sua história, a arte, a composição geográfica, a população, a cultura, as tradições, a base econômica, para então estabelecer a proposta de desenvolvimento educacional, abrangendo as características da rede pública de ensino, seu tempo de vigência será decenal, podendo sofrer modificações e adequações que se mostrem necessários neste período.

Partindo do estudo e análise desses aspectos relevantes, poderão se projetar às determinações das estratégias, dos objetivos, das metas e diretrizes a serem alcançadas na educação escolar.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GARRUCHOS

ÍNDICE

- Dados de identificação.....	
- Introdução	
- Caderno da Cultura Missioneira do Município de Garruchos.....	
- Histórico do Município	
- Situação Geográfica	
- Aspectos Geopolíticos	
- Aspectos Demográficos.....	
- Aspectos socioeconômicos	
- Aspectos Culturais	
- Aspectos Sociais	
- Diagnóstico das Escolas do Município.....	
- EMEF. Pedro Nunes de Oliveira.....	
- EMEF. Vinte e Um de Abril	
- EMEF. José Rodrigues.....	
- E. E. de Ed. Básica Evaristo Afonso de Castro.....	
- Contexto da Educação Nacional	
- Objetivos e Prioridades do Plano Municipal de Educação	
- As prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Educação.....	
-Educação Infantil	
-Ensino Fundamental	
- Ensino Médio.....	
-Educação de Jovens e Adultos.....	
- Educação Especial	
- Valorização dos Profissionais de Educação.....	
- Ensino Superior.....	
- Gestão e Financiamento.....	
- Acompanhamento, Controle, Avaliação e Implementação do Plano Municipal de Educação.....	
-Bibliografia.....	

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Garruchos Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

Prefeito: Carlos Cardinal Oliveira

Vice – Prefeito: João Silveira da Rosa

Secretário Municipal de Educação: Carlos Airton Miranda da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Educação: Elizete Obregon Santiago

Comissão do Plano Municipal de Educação

Cassiana Maria Marin Krebs – Extencionista da Emater

João Luiz Athaide de Aguiar- Círculo de Pais e Mestres

Afonso Miguel Arenhardt – Contador da Prefeitura Municipal

Silvania Rita Canalli – Educação Infantil

Robeson Oss Emer- Representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

José Maria Ortiz Lopes – Sindicato dos Municípios

Francisco Solano Marques – Câmara Municipal de Vereadores

Deise Marivane da Silva – Secretaria Municipal da Administração

Adália Deni Melo – Representante Conselho Tutelar

Marta Eliane Miranda da Silva- Representante da APROGAR.

Dalva Gazano - Representante Secretaria Municipal da Saúde.

Anita Bidigaray Sanches – Representante da Assistência Social

Rosemere Barbosa da Silva- Diretora da EEEB Evaristo Afonso de Castro

Vera Tania Falcão de Melo – Diretora da Escola Municipal Pedro Nunes de Oliveira

Veronica da Rosa Amarilho – Diretora da Escola Municipal José Rodrigues

Elisandra Machado Arend- Diretora da Escola Municipal Vinte e Um de Abril

Margiore Fabricio Barbosa- Representante do COMDICA.

Sargento Claudio Barcellos- Representante da Brigada Militar.

Zuleica Santiago- Representante da Pastoral da Criança.

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui-se de ideias e sugestões de vários segmentos das comunidades escolares com participação de entidades representativas coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e com apoio do Conselho Municipal de Educação, usando como referência o Plano Nacional de Educação.

Depois de termos feito uma profunda e extensa reflexão sobre a educação municipal, seus problemas, suas virtudes e seus avanços, sentimos que temos grandes desafios a enfrentar para alcançar um nível de desenvolvimento educacional compatível com as aspirações sociais e com as demandas da sociedade. Faz-se necessário um constante envolvimento e um maior comprometimento de toda a comunidade escolar.

A organização deste plano permitirá o conhecimento real de todos os aspectos relevantes dentro do processo educacional, inspirando a organização de um currículo capaz de provocar mudanças, visando a formação de pessoas capazes de elaborar pensamentos conscientes e críticos, estimulando-os ao comprometimento, assumindo seu destino e construindo sua história.

A escola que queremos é a escola universal, gratuita e acolhedora, recebendo a todos e assegurando a cada um o desenvolvimento de suas capacidades. A escola em uma sociedade democrática é aquela que possibilita às classes populares o acesso ao conhecimento sistematizado, através dele, a participação ativa no processo de decisão político-cultural, o que leva diretamente à valorização da escola pública.

Dessa forma, a instituição escola deve estar a serviço da coletividade, ou seja, seu papel é a inserção social dos indivíduos como cidadãos, utilizando como instrumento a formação cultural.

Só acreditamos que o panorama da educação vai mudar se houver uma consciência e mobilização de todos os munícipes, sobre a importância da educação para a formação da pessoa e o desenvolvimento do município, enfim, se ele for assumido como um compromisso da comunidade para consigo mesmo na conquista de melhor qualidade de vida em uma sociedade mais justa e desenvolvida.

CADERNO DA CULTURA MISSIONEIRA DO MUNICÍPIO DE GARRUCHOS

HISTÓRICO

A origem de Garruchos perde-se no tempo, devido seu distanciamento de um grande centro cultural, os registros e documentos históricos não existem ou foram extraviados, provavelmente a mais de dois séculos de história, as fontes documentadas e oficiais só começam a aparecer após a proclamação da República.

Conta-se que em uma das muitas passagens de tropas que lutavam ao longo da fronteira, adoeceu um soldado quando a coluna preparava-se para atravessar o rio Uruguai no “Garrucho”, local onde as águas se tornam rasas e mansas, permitindo a travessia de homens, animais e mantimentos. Enquanto a tropa seguia viagem, o enfermo ficou para trás, na companhia de seu irmão, também soldado. Tempos depois, retornaram ao local, a tropa encontrou os dois estabelecidos com terras e famílias originando um povoamento.

Outra versão é que nos idos do século XVII quando bandos de paulistas desciam para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, à caça de gado selvagem, do qual era retirados o couro e o sebo para ser levado a cidade de Rio Grande, teriam feito acampamento, onde hoje se localiza Garruchos, ali se estabelecendo alguns integrantes. Tanto soldados como caçadores de gado usavam longas “Garruchas” o que por analogia pode também ter originado o nome de Garruchos.

Reconhecido como povoado em 18 de fevereiro de 1892, pela câmara de vereadores de São Borja, foi chamado Santa Bárbara de Garruchos. As terras foram doadas pelo senhor Manuel Batista da Silva e sua esposa. A partir daí despertou no povo à vontade de tornar-se município no final de 1989, e em 10 de julho de 1990 foi criada a Comissão Emancipacionista, que em 26/10/1990 se credencia através do processo Nº 06059-01-00/98-0. Marcado o plebiscito para 10 de novembro de 1991, houve a vitória do SIM. A criação do município efetivou-se com a lei Nº 9609/92 no dia 20 de Março de 1992.

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

O município de Garruchos fica ao leste de São Borja, a uma distância de 120 Km, suas estradas possuem um traçado natural obedecendo a antigos caminhos ou rotas seguidas no passado por índios missioneiros, tropas de gado ou pelotões armados que lutavam nesta fronteira conturbada. A partir do século XVII, estes rumos

traçados pelos primeiros andarilhos eram orientados pela geografia, pois deviam evitar arroios profundos, matas cerradas, banhados e até mesmo acampamentos de índios. Sua localização é privilegiada, se considerada a sua fronteira com a Argentina o que possibilita um magnífico comércio.

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS

Altitude: 99m

Latitude: 28° 39 44s

Longitude: 56° 00m 44 s

Área territorial: 799,849 km²

Clima: temperado subtropical

Solo: rico apresentando as seguintes características: pedregal, aluvial, distrófico.

Relevo: ondulado e suavemente ondulado.

Vegetação: subtropical.

Limites: ao norte: República Argentina.

Ao sul: município de São Borja.

Ao leste: município de São Nicolau e Santo Antônio das Missões.

Ao oeste: República Argentina.

Flora: Apresenta formas nativas, onde vicejam ipês, guajuviras, louro, pau-ferro, etc.

Fauna: Sua fauna ainda é bastante vigorosa, se comparada à média do estado, embora bastante prejudicada pelo extrativismo, aqui ainda se encontra o veado, a jaguatirica, muitas espécies de aves e, até o arredio lobo guará.

Hidrografia: Rio Uruguai, Rio Piratini temos também uma fonte de água mineral na localidade do Barreiro.

Através do Rio Uruguai, somos contemplados com belas paisagens, devido à existência de ilhas e da cachoeira de águas mansas e rasas, que são consideradas pontos turísticos do município, além de proporcionar a pesca e a irrigação, também oferece condições para construção da usina hidroelétrica de Garabi e em função desta, nas suas proximidades foi implantada a segunda Usina Conversora de Energia Elétrica.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

POPULAÇÃO:

FONTE: IBGE 2010

Total: 3234 habitantes

Área Urbana: 1.057 habitantes

Área Rural: 2.177 habitantes

Total de homens: 1682
Total de mulheres: 1552

Densidade Demográfica: 4,04 hab/km²

Categoria	Total		Homem		Mulher	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Crianças	212	486	263	108	223	104
Jovens	435	264	230	119	205	145
Adultos	920	446	491	218	429	228
Idosos	336	135	188	65	148	70
Total	1903	1331	1172	510	1005	547

Fonte: IBGE 2010

ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS.

Agricultura, pecuária e a pesca são as principais fontes de renda do município.

Agricultura: Na produção de grãos temos as culturas da soja, trigo, arroz e milho. Destaca-se a cultura da soja ocupando a maior extensão de 18.500 hectares de plantio, gerando uma produção de aproximadamente 45.000 toneladas. Dentre os cultivos de cercados, utilizados prioritariamente para alimentação familiar, destacam-se a produção de feijão, mandioca, pepônios em geral e olerícolas que ainda garantem renda quando comercializado o excedente da safra.

Pecuária: A pecuária no nosso município está baseada na criação de bovinos, ovinos, equinos e suínos. Neste cenário destacam-se os bovinos de corte, com uma população aproximada de 71.000 cabeças e ocupa uma área de mais de 50.000 hectares, sendo responsável pela produção de 4.000 toneladas de carne por ano. Os bovinos de leite tem uma população menos avantajada, em torno de 1000 cabeças, garantem a renda e segurança alimentar para famílias de menor poder aquisitivo.

Pesca Artesanal: a atividade configura fonte de renda para mais de 120 famílias ribeirinhas. O comércio se dá diretamente com consumidores, ou na maioria dos casos, com atravessadores de outros municípios que revendem o produto com alto valor agregado. O principal produto é a piava, um peixe muito apreciado na região por suas características organolépticas de sua carne.

Comércio: Encontramos lojas, mercados, minimercados, restaurantes, lancherias, hotel e pensão, industrialização de cachaça de alambique, olaria, produção de açúcar mascavo.

Turismo: Através do rio Uruguai, somos contemplados com belas paisagens vistas do Cais do Porto, e também à existência de ilhas e da cachoeira de águas mansas e rasas, além de proporcionar a pesca e a irrigação, o mesmo oferece

condições para a construção da Usina Hidroelétrica Garabi e em função desta, nas suas proximidades foi implantada a segunda Conversora de Energia Elétrica. Possuímos também uma fonte de água mineral e barro medicinal na localidade do Barreiro que aos poucos está se destacando como ponto turístico.

ASPECTOS CULTURAIS

A cultura no município tem suas origens no tradicionalismo gaúcho, tendo como valores o resgate e a preservação das nossas raízes culturais. As manifestações culturais acontecem através do Grupo de Dança Tradicionalista e Folclórica Sarandeio, com a participação de crianças e jovens do município, onde a Setor da Cultura apoia e incentiva as suas atividades.

As manifestações culturais geralmente acontecem em Piquetes com festas campeiras e rodeios. Os eventos culturais mais significativos do município realizam-se no mês de setembro, durante a semana farroupilha, com atividades diversas: jogos de truco e canastra, tertúlia livre, guarnição da chama crioula na Praça Municipal, bailes campeiros e culminam com o desfile Farroupilha.

No aspecto folclórico, de festas populares, destaca-se o carnaval ao ar livre, e a festa religiosa em homenagem à padroeira do município, Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro.

Anualmente, é realizada a Feira do Livro, parceria com SESC Unidade São Borja e Endesa Geração Grupo ENEL. Este evento faz parte da Semana do Município, com atividades culturais, artísticas, Concurso de Poesia Estudantil, Palestras e Show artístico no cais do Porto.

Também são eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação Concurso Municipal da Frase-tema alusiva à Semana da Pátria, Passeio Ciclístico, Viagens Culturais para Professores em homenagem ao Dia do Professor, dentre outras atividades relacionadas às escolas.

ASPECTOS SOCIAIS

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços em aumentar a qualidade das informações registradas quando da atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para inclui no Programa Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

Ao entrar no Programa Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o Pré –natal. No

município 95,12 % das crianças e jovens de 06 a 17 anos do Bolsa Família tem acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03%.

A oferta de educação integral é uma das estratégias para superação da extrema pobreza. Por isso as escolas onde mais de 50% dos alunos vêm de famílias beneficiárias do Bolsa Família são prioridade para integrar o Programa Mais Educação.

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 258 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, 19 famílias de agricultores familiares do município receberam recursos para financiar a implantação de projetos de estruturação produtiva elaborados juntamente com os técnicos da EMATER.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

PROGRAMA	COBERTURA	REPASSE TOTAL 2014(R\$)
Bolsa Família	415 famílias (janeiro 2015)	R\$ 605.586,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	38 pessoas (dez 2014)	R\$ 332.452,61

De 2004 a 2014, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa família teve aumento de 298,92%.

DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO

A universalização da educação básica constitui uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação 2011-2020, consubstanciado na Lei 13.005 de 25 de Junho de 2014. Nos últimos anos, uma das mudanças importantes que foram introduzidas na educação básica foi a matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir de 06 anos completos, ampliando a duração do ensino fundamental para nove anos. Já para a educação infantil é obrigatório a matrícula dos alunos com 05 anos completos, e para o ano de 2016 a matrícula é com 04 anos completos.

Considerando a multiplicidade que este universo representa é importante programar políticas diferenciadas para cada etapa e modalidade da educação básica, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos.

Conforme Art. 32 da LDB 9394/96, o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006, estabelecendo a alfabetização das crianças até ao final do terceiro ano do ensino fundamental com base no PNAIC(Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa) e avaliando o índice de desenvolvimento desse programa através da Provinha ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização).

Garruchos possui três escolas municipais, no meio rural, de ensino fundamental com 273 alunos e uma escola estadual de Educação Básica na sede do município atendendo 311 alunos.

O quadro de educadores municipais é formado atualmente por 39 professores concursados, divididos em três escolas municipais e Secretaria da Educação.

O quadro de educadores da rede estadual de ensino é formado por 26 professores entre concursados e contratados.

A escola está desempenhando vários e novos papéis na sociedade atual, este vem sendo um campo de constante mutação, e o professor tem um papel central: é ele o responsável pela mudança de atitude e pensamento dos alunos.

Conforme Artigo 62 da LDB 9394/96, oferecemos a formação continuada ao longo do ano letivo, ofertada no município ou e outros municípios, pois sabemos da importância de contribuir para a melhoria da formação dos professores e conseqüentemente a dos alunos.

A distância dos estabelecimentos escolares à sede do município varia entre vinte e quarenta e cinco quilômetros.

Atualmente contamos com oito motoristas lotados na Secretaria Municipal de Educação que realizam o transporte escolar na rede municipal e estadual, pois é dever do Estado e do Município conforme Constituição Federal Artigo 208 e LDB 9394/96.

As escolas são equipadas com laboratórios de informática com internet, salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), refeitórios, bibliotecas e com vários materiais pedagógicos e didáticos que facilitam e ampliam as possibilidades de preparar as aulas proporcionando uma educação de qualidade aos nossos educandos.

Duas das três escolas municipais e a estadual possuem um amplo espaço físico que acomoda a todos os educandos para desenvolver atividades lúdicas e físicas, assim como a escola estadual, localizada na sede do município.

As escolas da rede municipal aderiram ao Programa Mais Educação onde ofertam oficinas em turno inverso tais como: jardinagem, música, danças, esportes, reforço escolar, entre outras oficinas. Para o desenvolvimento desse programa os alunos contam com o transporte escolar e as refeições nas escolas.

Salienta-se que este é também uma estratégia para manter o aluno frequente na escola. O Conselho Tutelar é um órgão que dá suporte as escolas, na busca ativa dos alunos que por ventura venham a evadir, fazendo as visitas para que estes continuem seus estudos.

TOTAL DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO - 2014

REDE	PÚBLICA ESTADUAL	PÚBLICA MUNICIPAL
Escolas	01	03
Número de alunos	311	273

RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO DE 2011 A 2014.

ANOS	2011	2012	2013	2014
EDUCAÇÃO INFANTIL	100.845,48	96.833,78	69.605,93	210.774,91
ENS. FUNDAMENTAL	1.643.131,65	2.562.005,97	1.570.012,98	1.425.789,84
FUNDEB	984.256,53	1.091.914,78	1.123.136,96	1.128.426,31
CONVÊNIOS	245.511,93	928.637,64	487.652,58	394.166,39
TOTAL	2.973.745,59	4.679.392,17	3.250.408,45	3.159.157,45

CUSTO ALUNO ANO DE 2014-

NIVEIS	Nº ALUNOS	RECURSO 2014	CUSTO/ALUNO
EDUCAÇÃO INFANTIL	22	109.913,13	4.996,05
ENS. FUNDAMENTAL	259	2.95.514,55	11.218,20
EDUCAÇÃO ESPECIAL	11	42.867,99	3.897,09

DIAGNÓSTICO POR ESCOLA.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PEDRO NUNES

DE OLIVEIRA.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Nunes de Oliveira, está localizada no Rincão do Sarmento, a cerca de 45 km da sede do município de Garruchos.

A escola está registrada sob o decreto nº 02 de 13 de janeiro de 1970, com decreto de alteração de designação nº 025/2001.

Este educandário recebe uma clientela de várias comunidades, como: Santa Rita, Rincão do Sarmento, Ensenada e Assentamento São Domingos. Sendo assim atendidos no ano de 2015, (14) alunos do Pré-escolar dos 04 e 05 anos, vinte e um (21) alunos de 1ª a 5º ano e vinte e quatro alunos (24) de 6º ao 9º ano, trabalhando este ano com turmas multisseriadas nas séries iniciais e em turno inverso o Programa Mais Educação, ofertando as oficinas de: Reforço Escolar, Contos, Esporte e Música, sendo oferecido aos educandos que participam destas atividades, o almoço e lanche.

O quadro docente é formado por 08 (oito) professores, tendo como funcionários 01 merendeira, 02 serventes e 01 motorista.

Quanto à formação dos professores todos possuem graduação e entre estes alguns estão cursando pós- graduação.

Em relação à infraestrutura o educandário possui espaço físico adequado para um bom atendimento aos educandos, com quadra esportiva, parquinho infantil, com exceção de possuir um pequeno espaço (terreno) para área de recreação. Atualmente a escola é composta por uma secretaria, uma biblioteca, cinco salas de aulas, uma sala de professores, uma sala de informática, dois banheiros para pré-escolar, um banheiro para professores e dois para alunos de 1º a 8º ano, dispensa, cozinha e um refeitório, uma área de serviço.

A escola dispõe dos seguintes equipamentos: TV, parabólica, computadores, máquina copiadora, aparelho de DVD e aparelho de som.

A maioria dos alunos depende do transporte escolar, sendo que atende também crianças do município de Santo Antônio das Missões, pois a escola está localizada na divisa do município.

Temos também alunos especiais que estão sendo atendidos na sala de Atendimento Educacional Especializado e frequentam sala de ensino regular no turno inverso.

A) DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS:

Matrículas	2011	2012	2013	2014
Matrícula Inicial	105	87	80	75
Aprovados	87	75	72	69
Reprovados	08	02	01	00
Evadidos	01	01	01	01
Transferidos	09	09	06	04
Matrícula Final	95	77	73	70
Distorção Idade/Série	33	26	19	18

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL VINTE E UM DE ABRIL.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinte e Um de Abril está localizada na zona rural em São João Tujá a uma distância de 35 km da sede do município. Criada pelo ato nº 53 sob o artigo 51 da Lei Municipal de São Borja no ano de 1945, sendo que no ano de 2001 sob o decreto nº. 025/2001, a escola passa então a se chamar Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinte e Um de Abril.

Atualmente a escola conta com nove (09) professores. O educandário disponibiliza dos seguintes funcionários: duas (02) serventes, uma (01) merendeira e dois (02) motoristas que realizam o transporte escolar para uma clientela de 99%.

O educandário atende no ano de 2015 um total de 40 alunos, sendo estes cinco (05) . alunos do Pré-Escolar dos 05 anos, (dezessete) 17 alunos de 2º ao 5º ano e (dezoito) 18 alunos de 6º ao 8º ano. As turmas frequentam no turno da tarde, pois no turno da manhã temos as oficinas do Programa mais Educação.

A escola possui um amplo espaço físico com relação a pátio, no entanto com relação a salas de aula há necessidade de mais uma sala, além das quatro que possuímos, para melhor acomodação dos nossos alunos. Também existe carência de espaço para as refeições dos alunos, referente a equipamentos o estabelecimento de ensino dispõe de TV, aparelho de DVD, aparelho de som, computadores, antena parabólica, máquina copiadora e Datashow e filmadora com tripé.

A escola busca proporcionar ao aluno a convivência social envolvendo a comunidade em suas atividades lúdicas e na aprendizagem do dia-a-dia.

A) DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS:

Matrículas	2011	2012	2013	2014
Matrícula Inicial	49	60	60	47
Aprovados	45	58	50	45
Reprovados	00	00	00	00
Evadidos	00	00	00	00
Transferidos	04	02	10	02
Matrícula Final	45	58	50	45
Distorção Idade/ Série				

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ RODRIGUES.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Rodrigues localizada na zona rural em São José Velho a uma distância de 19 km da sede do município. Tem seus atos legais, sob decreto nº1430 de 13 de fevereiro de 1978, sendo que no ano de 2001 sob o decreto nº 025/2001, a escola passa então a se chamar Escola Municipal de Ensino Fundamental José Rodrigues.

Atualmente a escola conta com dezesseis (16) professores, 03 merendeiras, 02 serventes, 04 motoristas, neste estabelecimento de ensino são atendidos com transporte escolar aproximadamente 80% dos educandos.

O educandário atende um total de cento e sessenta e sete (167) alunos, sendo destes 33 alunos do pré-escolar dos 04 e 05 anos, oitenta e sete (87) alunos de 1º ao 5º anos e de 6º ao 8º ano, quarenta e sete (47) educandos. A escola funciona nos turnos manhã e tarde, o Programa Mais Educação é desenvolvido em turno inverso com oficinas de música, dança (balé e danças tradicionalistas), jardinagem, reforço escolar e artes, sendo oferecido aos educandos que participam destas atividades, o almoço e lanche.

A Escola possui um amplo espaço físico, com recente ampliação tornando assim o educandário mais acessível, com biblioteca com ótimo acervo bibliográfico, refeitório, sala de reuniões, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de informática, também possui uma quadra esportiva coberta, obra via PAR, com recurso Federal. A escola possui um pátio arborizado, horta cultivada pelos alunos e um pomar.

A escola busca na educação uma qualidade em democracia e melhoria de vida, nos valores adquiridos no dia a dia dos educandos.

A) DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS:

Matrículas	2011	2012	2013	2014
Matrícula Inicial	194	192	183	176
Aprovados %	98,40	98,88	93,60	92,79
Reprovados %	1,59	1,10	6,39	8,64
Evadidos %	1.03	00	00	0.56
Transferidos %	2,06	6,25	6,01	10,22
Matrícula Final				
Distorção idade/série				

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EVARISTO AFONSO DE CASTRO.

E.E.E.B. Evaristo Afonso de Castro fundada em 28 de março de 1938, localizada na Rua Paulino Correa da Silva, 766, bairro centro, município de Garruchos, tendo como órgão pertencente a 35ª Coordenadoria Regional de Educação - São Borja.

A escola atualmente conta com um total de 287 alunos matriculados no ensino regular nas etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental nove anos e Ensino Médio Politécnico tendo como atendimento no turno da manhã, tarde e noite.

Os alunos matriculados neste estabelecimento de ensino residem na sede e interior do município, tendo como localidades:

- Faxinal, Pedregulho, São Lucas, Mangerona, Passo da Tigra, São José Velho, Ibiturum, São João Tujá, São João Mirim, Assentamento São Domingos, Rincão do Sarmiento e Iverá.

Os alunos da zona rural que frequentam o Ensino Fundamental são deslocados até a escola através do transporte escolar municipal e os alunos do Ensino Médio Politécnico através do transporte escolar estadual.

O espaço escolar é amplo suportando uma grande estrutura física.

Especificação	Quantidade
Sala de diretoria	01
Sala Supervisão	01
Sala de aula	08
Laboratório de ciências	01
Laboratório de informática	01
Videoteca	01
Sala de Recursos Multifuncionais AEE	01
Sala de professores	01
Sala de Secretaria	01
Xerox	01
Biblioteca	01
Quadra de esporte coberta	01
Quadra de esporte descoberta	01
Cozinha	01
Refeitório	01
Parque infantil	01
Sala de leitura	01
Banheiros adequados Educação Infantil	01
Banheiros	06
Centro cultural	01

Atualmente a escola conta com 34 professores e funcionários, tendo como funções descritas no quadro abaixo:

Especificação	Quantidade
Diretora	01
Vice-diretora	03
Orientação	02
Supervisão	03

Professores	22
Serventes	03
Merendeiras	02
Secretário escolar	01
Assistente Financeiro	01

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

O Ensino Médio como etapa final da educação básica, tem por finalidade propiciar o desenvolvimento dos educandos, assegurar-lhe uma formação com o foco nas dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, indispensável para o exercício da cidadania, bem como, fornecer meios para inserção no mundo do trabalho e em estudos posteriores.

A) DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS:

Matrículas	2011	2012	2013	2014
Matrícula Inicial	315	319	330	311
Aprovados %	79,36%	87,77%	91,21%	88,42%
Reprovados %	11,11%	4,70%	3,03%	4,82%
Evadidos %	5,07%	2,50%	3,93%	4,18%
Transferidos %	4,44%	5,01%	1,81%	2,57%
Distorção idade/série Ens. Fundamental	17,6%	15,03%	13,5%	11,1%
Distorção idade/série Ens. Médio I	30,5%	36,8%	37,5%	31,8%

CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A educação deve estar em primeiro plano, pois parte dela, todos os procedimentos para criar cidadãos participativos, críticos e atuantes capazes de desempenhar um trabalho com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas.

Precisamos de uma educação compatível com as necessidades da sociedade, porque é nela, que o sujeito da educação estabelece o seu espaço de vida social, emocional e de desenvolvimento cognitivo.

A escola que queremos é a escola universal, gratuita e acolhedora, recebendo a todos e assegurando a cada um o desenvolvimento de suas capacidades, pois sociedade democrática é aquela que possibilita às classes populares o acesso ao conhecimento sistematizado, através dele, a participação ativa no processo de decisão político-cultural, o que leva diretamente à valorização da escola.

A escola que se almeja, e que se luta para construir é aquela que viceja na mutabilidade e multiplicidade do mundo contemporâneo, uma escola que seja um centro de aprendizagens compartilhadas, que tenha o seu próprio projeto de vida e que reflita a sua interação com a comunidade e com o seu tempo.

A educação deve despertar em cada pessoa a consciência de sua própria dignidade e sua capacidade de exercer cidadania, ela é um instrumento que transforma pessoas, tornando-as responsáveis pelo seu próprio progresso e pelo bem da sociedade. O ensino deve mostrar-se pela capacidade de instrumentar o aluno em seu papel de transformador no meio em que vive.

Para Paulo Freire, a educação é um processo de problematização da realidade do enfrentamento dos problemas que envolvem o indivíduo, o diálogo com o meio, sobre os desejos, as necessidades, as perspectivas de mudanças, os instrumentos, as dificuldades, as características, os detalhes de um mundo percebido e carente de transformações.

Percebe-se assim, a importância do papel do educador, cuja tarefa docente não é apenas ensinar os conteúdos, mas sim ensinar a pensar, procurando sempre desenvolver a auto-estima do educando para que possa ser o agente de sua aprendizagem.

Uma educação de qualidade se avalia pelos resultados da aprendizagem efetiva, demonstradas nas competências teóricas e práticas.

Se o projeto educacional precisa manter a boa qualidade no conhecimento e não destruí-lo pelo fracasso, precisamos garantir experiências de sucesso, isto significa propostas pedagógicas adequadas e claras sobre o quê, quando e como ensinar a avaliar.

O papel do educador é de construir, pedagogicamente a nova concepção de trabalho que se objetiva no combate à evasão escolar, na qualificação da escola

pública e na sua inserção na realidade sociocultural da comunidade. De fato, a educação é parte integrante do homem e da sociedade, assim, relaciona-se estreitamente com as concepções culturais e sociais de cada momento histórico. A sociedade e a cultura de cada civilização produzem ideal que a educação trata de realizar. E estes ideais traduzem as necessidades e as aspirações de cada povo e de cada época.

Embora os fins da educação sejam múltiplos quanto ao seu contexto, devem reconhecer que atividade pedagógica é sempre formadora. E o é porque por trás dela está a crença de que o homem pode ser modificado. Sem esta convicção a tarefa do educador perde a sua razão de ser.

OBJETIVOS E PRIORIDADES DO PME

O Plano Municipal de Educação em consonância com o Plano Nacional de Educação tem como objetivos:

- Erradicação do analfabetismo.
- Universalização do atendimento escolar.
- Superação das desigualdades educacionais.
- Elevar o nível de escolaridade do município, promovendo a equidade.
- Melhorar a qualidade do ensino.
- Promoção do princípio da gestão democrática da educação.
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.
- Valorização dos profissionais da educação;
- Democratizar a gestão do ensino público municipal, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na

elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local nos CPMs e Conselhos Escolares.

AS PRIORIDADES ESTABELECIDAS NESTE PLANO SÃO AS SEGUINTE:

METAS

Meta 01 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 02 - Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 03 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Meta 04 - Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 05 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino Fundamental.

Meta 06 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Meta 07 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

Ideb	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Meta 08 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE.)

Meta 09 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº. 9.394/1996, assegurando que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50 % dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17 - Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18 - Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação

básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19 – Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.

DIAGNÓSTICOS DAS PRIORIDADES DESTES PLANOS.

1- EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme a Constituição Federal de 1988, no seu Art.208: O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia:

IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; (EC nº. 14/06).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - Lei nº. 9.394/96 Seção II da Educação Infantil.

Art. 29 – A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.

Art. 31 – Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

1.1- Diagnóstico

Aliada aos avanços da legislação a Educação das Crianças de zero a cinco anos em estabelecimentos específicos de Educação Infantil vem crescendo de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos

pequenos, principalmente quando seus pais trabalham fora de casa, seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança.

A Educação Infantil visa estimular a descoberta das potencialidades do “EU” da socialização e das atividades de representação, dentro de um espaço lúdico programado pelas manifestações, utilizando diferentes linguagens, corporal, musical, plástica, oral e escrita.

No município de Garruchos todas as escolas atendem a alunos de pré-escolar dos 04 e 05 anos de idade.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Nunes de Oliveira, localizada no Rincão do Sarmento e Escola Municipal de Ensino Fundamental José Rodrigues, localizada em São José velho e Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinte e Um de Abril. Localizada na comunidade de São João Tujá possuem: espaço para desenvolver atividades de recreação, que levam a um convívio social adequado ao meio em que vivem classes proporcionais a faixa etária e banheiros; o refeitório é dividido com os demais educandos;

Na sede de Garruchos a Escola Estadual de Educação Básica Evaristo Afonso de Castro oferece atendimento a alunos com idade de pré-escolar dos 05 anos de idade, já o Pré dos 04 anos é atendido pelo município nas dependências da Escola Estadual, pois existe um Convênio de Cooperação entre Governo Estadual e Municipal, até a finalização das obras na Creche Municipal.

1.2 Estratégias

- Assegurar a melhoria constante da infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (Creche e Pré-escolas) considerando as características das distintas faixas etárias e das necessidades quanto a: espaço interno, ventilação, iluminação, rede elétrica, segurança, instalação sanitária, materiais pedagógicos, etc..
- A partir deste plano, somente autorizar construção e funcionamento de instituições de educação infantil, públicas ou privadas, que atendam aos requisitos de infraestrutura definidos no item anterior.
- Assegurar o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional atendendo os padrões mínimos de infraestrutura definidos no Sistema Municipal de Ensino.

- Articular com as agências formadoras de professores cursos de formação, atualização e aperfeiçoamento com adequação dos currículos à realidade onde irão atuar os profissionais, buscando concretizar o comprometimento com o processo do “ensinar” e do “aprender”.
- Articular juntamente com os conselhos escolares, CPM e outras formas de participação da comunidade escolar nas instituições de educação infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.
- A partir da vigência deste plano somente admitir novos profissionais na educação infantil que possuam a titulação mínima em nível médio, dando preferência à admissão da modalidade normal Magistério e ou de profissionais graduados em curso específico de nível superior.
- Garantir alimentação escolar nas instituições públicas de educação infantil, com apoio da União.
- Realizar o mapeamento das crianças de 0 a 05 anos no município, até o ano de 2016.
- Assegurar junto ao Poder Público, ações socioeducativas para as famílias carentes, em especial aos beneficiários do programa Bolsa Família.
- Implantar formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento das instituições de Educação Infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.
- Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação e como instrumento para a adoção de medidas de melhoria da qualidade destes serviços pela comunidade escolar e pelas agências formadoras dos recursos humanos.
- Articular com as secretarias competentes a oferta de profissionais como: fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo e avaliação neurológica aos educandos, quando se fizer necessário.

2 - ENSINO FUNDAMENTAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto na Seção I - Da Educação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não- oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 2º Os Municípios atuaram prioritariamente no Ensino Fundamental e Pré - Escolar.

A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – LDB, no TÍTULO III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar na Seção III – Do Ensino Fundamental:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art.10. Os Estados incumbir-se-ão de:

VI - assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V - oferecer a Educação Infantil em creches e Pré - escolas, e, com prioridade o Ensino Fundamental.

2.1 Diagnóstico

O Ensino Fundamental deve atender crianças de seis a catorze anos de idade, ser oferecido pelos municípios de forma prioritária, sendo permitida a atuação em outros níveis somente quando tiverem atendido plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e o desenvolvimento do ensino.

A oferta do Ensino Fundamental a toda população, inclusive àqueles que não tiveram acesso a ele na idade própria, é dever Constitucional e uma das prioridades do Plano Municipal de Educação, configurando-se como compromisso com o ingresso, permanência, reingresso e sucesso. O Ensino Fundamental de qualidade deverá regularizar a distorção idade-série, diminuindo o atraso no percurso escolar resultante da repetência e da evasão escolar. A criação de condições próprias para a aprendizagem, adequação de espaços, tempos e recursos didáticos devem ser consideradas para estes jovens com mais de 14 anos que ainda se encontram no ensino fundamental.

A oferta qualitativa deverá permitir que crianças e adolescentes permanecessem na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população, sendo básico na formação do cidadão por possibilitar o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo que são meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar tanto social quanto politicamente.

O município de Garruchos possui quatro escolas, sendo que destas três são municipais que atendem alunos do ensino fundamental e uma estadual de Educação Básica.

A maioria dos alunos da rede municipal de ensino utiliza transporte escolar, pois são do interior do município, já na rede estadual são transportados, atualmente 20 alunos, da localidade do Rincão do Pedregulho.

As escolas da rede municipal oferecem em turno inverso o Programa Mais Educação com várias oficinas, contemplando prioritariamente os alunos que recebem Bolsa Família, já a Escola Estadual oferece alguns projetos em turno inverso.

2.2- Estratégias

- Universalizar o atendimento, com qualidade, a toda a demanda do ensino fundamental, durante a validade deste plano, em regime de colaboração com o Estado,

garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola; e aumentar gradativamente o número de concluintes deste nível de ensino.

- Assegurar a melhoria constante da infraestrutura para o funcionamento adequado dos estabelecimentos de ensino fundamental quanto a: espaço, iluminação, ventilação, segurança, instalação elétrica, sanitária, e um espaço para esporte, recreação, informática e equipamento multimídia para o ensino, aulas extraclasse e apoio psicológico.

- Em cinco anos, reduzir em 90% as taxas de repetência e evasão, regularizando o fluxo escolar, por meio de programas de aceleração de aprendizagem e de recuperação paralela, aulas extraclases e apoio psicológico.

- Assegurar a melhoria constante da infraestrutura para o funcionamento adequado dos estabelecimentos de ensino fundamental quanto a: espaço, iluminação, ventilação, segurança, instalação elétrica, sanitária, e um espaço para esporte, recreação e informática.

- Implantar na vigência desse plano uma escola polo na zona rural com turno integral e/ou curso técnico aumentando assim o atendimento aos educandos.

- Melhorar o transporte escolar no município, com a colaboração financeira da união e do estado, de forma a garantir a escolarização dos alunos na zona rural.

- Garantir a continuidade de um sistema de acompanhamento, controle, avaliação e supervisão do ensino fundamental, nos estabelecimentos, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade.

- Assegurar alimentação escolar nas escolas públicas, em colaboração da união, estado e município.

- Garantir a autonomia da escola com repasse de recursos do PDDE do município às escolas e qualificação dos gestores.

- Buscar apoio e ou parcerias com órgãos e ou entidades, para realização de cursos profissionalizantes aos educandos.

- Operacionalizar um currículo que contemple a transdisciplinaridade, trabalhando as diferenças étnico-culturais, os temas transversais emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, bem como as características locais específicas.

- Priorizar a alfabetização como um processo ao longo de todo o Ensino Fundamental, entendendo este compromisso como de todas as áreas do conhecimento.

- Apoio aos professores de classes com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, mediante oferta de assessoramento e suporte pedagógico e qualificação dos mesmos, além da disponibilização de auxiliares em turmas onde se fizer necessário.
- Implantar rede de apoio escolar com equipe interdisciplinar acompanhando avaliação e monitoramento das atividades escolares.
- Realizar avaliações, sempre que necessário, sobre a aprendizagem dos alunos, trocando ideias entre professores e equipe pedagógica, unindo escolas municipais e estadual.
- Verificar possibilidades de implantar educação em turno integral, tendo em vista parcerias e disponibilidade de recursos financeiros no orçamento municipal.
- Garantir educação de qualidade, considerando a formação dos agentes atuantes no campo da educação pública, definindo e implantando dinâmicas curriculares que favoreçam aprendizagens significativas.
- Acompanhamento do progresso da educação a partir dos dados do Censo Escolar, monitorando o desempenho dos estudantes através dos programas governamentais, como resultado da melhoria do fluxo escolar.
- Articular entre sistemas de ensino e unidades escolares, processos de organização e gestão escolar, melhoria das condições de trabalho e valorização, formação e desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação.
- Articular com as secretarias competentes a oferta de profissionais como: fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo e avaliação neurológica aos educandos e às famílias, quando se fizer necessário.
- Possibilitar articulações com as esferas governamentais por meio de diferentes estratégias e mecanismos, no âmbito do regime de colaboração e do Sistema Nacional de Educação para garantir o alcance do nível suficiente de aprendizagem.

3. ENSINO MÉDIO

A Constituição Federal de 1988 no que se refere ao Ensino Médio determina:

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

II – Progressiva universalização do Ensino Médio gratuito.

Art. 211 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 3º - Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio.

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na seção IV, que trata do Ensino Médio tem a seguinte redação:

Art. 35 - O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36 - O currículo do Ensino Médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição;

§ 1º - Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que no final do Ensino Médio o educando demonstre:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º O Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

§ 3º Os cursos do Ensino Médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de Ensino Médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

3.1- Diagnóstico

O município de Garruchos conta com uma escola de Ensino Médio. A E.E. de Educação Básica Evaristo Afonso de Castro localizada na rua Paulino Correia da Silva, nº.766, a qual possui 287 (duzentos e oitenta e sete) alunos, procedentes da área urbana e de outras localidades do nosso município, os quais utilizam transporte escolar. O quadro dos recursos humanos é formado por 26 professores, 08 funcionários entre efetivos e contratados.

3.2- Estratégias

- Assegurar a oferta de vagas do ensino médio de acordo com as necessidades de infraestrutura identificada ao longo do processo de reordenamento da rede física atual.
- Manter a oferta de vagas, na vigência deste plano, para demanda de Ensino Médio, em decorrência da universalização e regularização do fluxo de alunos no Ensino Fundamental.
- Melhorar o aproveitamento dos alunos do ensino médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pelos sistemas de avaliação que venham a ser implantados no Estado.
- Reduzir, a repetência e a evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio para conclusão deste nível.
- Manter, de acordo com padrões mínimos nacionais, a revisão dos Planos de Estudo e de infraestrutura para o ensino médio, compatíveis com a realidade municipal, incluindo:
 - espaço, iluminação e ventilação;
 - instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todo o espaço escolar;
 - espaço para esporte e recreação;
 - espaço para a biblioteca;
 - adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais.
- Criar mecanismos, como conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas.

-Assegurar a autonomia das escolas, tanto no que diz respeito ao Projeto Pedagógico como em termos de gerência de recursos mínimos para a manutenção do cotidiano escolar.

- Buscar parcerias com empresas que oportunizem o aumento de vagas desenvolvendo assim, o Projeto Jovem Aprendiz ou equivalente.

- Propiciar a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos na finalização da Educação Básica e no Ensino Superior;

- Consolidar no educando as noções sobre trabalho e cidadania, de modo a ser capaz de, com flexibilidade, operar com as novas condições de existência geradas pela sociedade.

- Possibilitar formação Ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e o pensamento crítico do educando.

- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, parte e totalidade e o princípio da atualidade na produção do conhecimento e dos saberes.

4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Constituição Federal prevê, no artigo 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino Fundamental obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. A Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, na seção V que trata da Educação de Jovens e Adultos determina:

Art. 37 - A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I. no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. no nível de conclusão do Ensino Médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

4.1 Diagnóstico

Constituição Federal, Art. 214 "... erradicação do analfabetismo..." esta tarefa exige ampla mobilização de recursos humanos e financeiros, por parte dos governos e da sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, de forma gratuita.

Em nosso município não disponibilizamos desse sistema de ensino, mas vimos a necessidade de implantar, para com isso dar atendimento a pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar a escola no tempo adequado.

4.2 Estratégias

- Localizar a população analfabeta do município por comunidade visando programar a oferta de Educação de Jovens e Adultos para essa população.

- Implantar na vigência deste plano, em parceria com o Estado, programa eu vise a alfabetização de jovens e adultos, com a finalidade de erradicar o analfabetismo.

- Assegurar profissionais habilitados, no mínimo com magistério, para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda na erradicação do analfabetismo.

- Buscar em regime de colaboração com o Estado, programa de formação/capacitação para educadores de jovens e adultos.

- Elaborar e/ou aperfeiçoar a proposta pedagógica, planos de estudos e regimentos escolares para a educação de jovens e adultos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, respeitando-se as especificidades da clientela e possibilitando o prosseguimento nos estudos.

- Assegurar em 05 anos a oferta de Educação de Jovens e Adultos, equivalente às 05 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.
- Assegurar, até o final da década, a oferta de recursos equivalentes as 4 séries finais do ensino fundamental para a toda a população de 15 anos e mais que concluiu as 5 séries iniciais.
- Estabelecer programa municipal em parceria com a União e o Estado de fornecimento de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os recursos em nível de ensino fundamentais para Jovens e Adultos.
- Realizar levantamento e a avaliação de experiências em alfabetização de Jovens e Adultos, que constituam referência para os agentes integrados ao esforço nacional de erradicação do analfabetismo.
- Buscar em regime de colaboração com o Estado, programa de formação de educadores capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela.
- Reestruturar e fortalecer junto à Secretaria Municipal de Educação setor responsável para promover e acompanhar a Educação de Jovens e Adultos.
- Promover parcerias com áreas de assistência social, saúde e proteção ao jovem para a busca ativa de jovens e adultos que não atingiram a escolaridade em todas as etapas escolares.
- Sempre que possível associar ao Ensino Fundamental para jovens e adultos a oferta de cursos de formação profissional em parcerias com instituições profissionalizantes ou empresas locais.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece:

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

5.1 Diagnóstico

A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões – o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas regulares”. Situações possíveis: participação nas classes comuns, classes de recursos, sala especial e escola especial. O conhecimento da realidade é bastante precário em todo o país.

Em princípio, todos os professores deveriam ter conhecimento da educação de alunos especiais. Tendências recentes:

- integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino;

- ampliação do regulamento das escolas especiais;
- melhoria da qualificação dos professores;
- expansão da oferta de cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais.

O município de Garruchos oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE) em sala de recurso multifuncional em duas escolas municipais e na escola estadual, onde são atendidos alunos que nelas frequentam. Seu público alvo são portadores de necessidades especiais, transtorno de aprendizagem e problemas psicológicos, onde são atendidos em turno inverso a sua jornada escolar.

A educação especial tem como objetivo apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado- AEE aos alunos com deficiência, transtornos global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, realizado de forma a complementar ou suplementar à escolarização nas escolas comuns de ensino regular.

As salas multifuncionais existentes nas escolas são do Tipo 1 e constituídas de equipamentos multimídias, mobiliários adaptados às necessidades dos alunos e materiais didáticos pedagógicos específicos a cada deficiência.

5.2 Estratégias.

- Organizar, no município e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de Educação Infantil.
- Articular junto a Secretaria da Saúde a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais.
- Assegurar na vigência deste plano, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental, inclusive com convênios quando necessário, provendo, nestes casos, o transporte escolar.
- Manter durante a vigência deste plano, conforme as necessidades da clientela, salas de recurso e alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar crianças com necessidades especiais, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam.
- Assegurar, transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos que apresentam dificuldade de locomoção.

- Assegurar no Projeto Pedagógico das escolas inclusão de atendimento aos alunos com necessidades especiais, oferecendo formação em serviço aos professores em exercício.
- Buscar, quando necessário, programas de atendimento aos alunos com altas habilidades nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora.
- Realizar o mapeamento da população a ser atendida pela educação especial com informações completas.
- Capacitar continuamente todos os professores da rede de ensino para que todos estejam aptos a atender alunos com necessidades especiais e altas habilidades.

6. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

- I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

6.1 Diagnóstico

Um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação é a melhoria da qualidade de ensino e somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades de ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, implicando:

- a formação profissional inicial;
- as condições de trabalho, salário e carreira;
- a formação continuada.

6.2 Estratégias

- Durante a vigência deste PME, e conforme o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, somente admitir professores e demais profissionais de educação que possuam as qualificações mínimas exigidas em Lei.
- Destinar 1/3 da carga horária dos professores para preparação de aulas, avaliações, reuniões pedagógicas, participação comunitária e colaboração com a administração escolar.
- Reestruturar, nos primeiros cinco anos deste Plano, o Plano de Carreira do Magistério, elaborado e aprovado de acordo com as determinações da LDB e Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Garantir, igualmente, os novos níveis de remuneração, com piso salarial próprio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assegurando a promoção por mérito, com avaliação de desempenho.
- Articular com as universidades e demais instituições formadoras a oferecer cursos de formação, atualização e aperfeiçoamento de professores, próximos aos locais de desempenho, no mesmo padrão dos cursos oferecidos na sede das instituições, de modo a atender à demanda local e regional por profissionais do magistério graduados em nível superior e atualizados em metodologias de aprendizagem.
- Implantar/assegurar Plano de Carreira e de formação para os profissionais da educação que atuam nas áreas técnica e administrativa, em todos os níveis e modalidades de educação/ensino e respectivos níveis de remuneração, com garantia de recursos.
- Viabilizar junto a SMEC, cursos EAD aos profissionais com formação específica nos cursos de licenciatura.
- Buscar parcerias com as instituições de ensino na oferta de cursos de licenciatura plena e pós-graduação.
- Proporcionar, sempre que possível, o acesso /à pós-graduação aos interessados, parcerias com as universidades, possibilitando adequação de carga horária, meio de transporte, acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, oferecendo assim, Educação Continuada.

7. ENSINO SUPERIOR

A União atribui-se historicamente o papel de atuar na Educação Superior, função prevista na Carta Magna. As instituições públicas deste nível de ensino não podem prescindir do apoio do Estado. Neste sentido salienta-se que a contribuição Estadual para a Educação Superior é muito importante, mas não deve ocorrer em detrimento da expansão com qualidade do ensino médio, assim como o Sistema Municipal de Ensino deve atender prioritariamente a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

A instituição de Ensino Superior tem muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o país a altura das exigências e desafios do século XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro mais promissor para os brasileiros, desta forma reduzindo as desigualdades. Está nas mãos das instituições uma melhor oferta na qualidade da educação básica, pois compete a essas instituições a formação dos profissionais do magistério, formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a Universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira para um futuro melhor.

Os desafios educacionais existentes têm, na educação à distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

7.1 Diagnóstico

Atualmente no município de Garruchos, grande parte dos alunos que concluem o Ensino Médio ingressa no curso superior. Isso é possível devido a oferta de programas por parte do Governo Federal. A prefeitura disponibiliza transporte escolar e aderiu ao Programa Passe Livre Estudantil, onde recebem custeio para auxílio nas despesas do transporte.

Os cursos EAD facilitam a conclusão de uma graduação, pois não exige que o aluno desloque-se para outros municípios diariamente e conseqüentemente reduzem as despesas. Também há no município muitos estudantes em curso de magistério, que posteriormente deverão cursar graduação para estarem de acordo com a Legislação.

7.2 Estratégias

- Buscar parcerias com Universidades para oferta de cursos de graduação em extensão no município.
- Promover cursos preparatórios pré-vestibular ofertando aos alunos concluintes do Ensino Médio e demais jovens do município.
- Ofertar o transporte, dentro das possibilidades do município, aos estudantes de cursos de graduação.
- Articular com órgãos públicos e privados, estágios remunerados para aqueles que estão concluindo a graduação.
- Incentivar os estudantes a buscarem, através de curso superior, aperfeiçoamento para o campo de trabalho.
- Apoiar a Associação dos Estudantes viabilizar o transporte para

8. GESTÃO E FINANCIAMENTO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece:

“Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente frequentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

8.1 Diagnóstico

Gestão democrática da educação é um espaço de construção coletiva e assumida em nossos educandários como uma dinâmica onde favorece a melhoria da educação. Essa gestão deve ser capaz de envolver os sistemas de ensino, considerando seus níveis etapas e modalidades, bem como as instâncias de mecanismos e participação coletiva. Cabe ressaltar que a gestão democrática da educação não se constitui sozinha, deverá incluir formas de escolha dos dirigentes e o exercício da gestão; a constituição de fortalecimento da participação estudantil e de pais através dos círculos de pais e mestres e conselhos escolares e conselhos de educação, planos de educação, projetos políticos pedagógicos, regimentos escolares participativos.

8.2 Estratégias

- Manter a autonomia das escolas mediante repasse de recursos, diretamente aos estabelecimentos públicos de ensino, a partir de critérios objetivos.

- Manter os recursos destinados a Educação especial contando, com parcerias com a área de Saúde, Assistência, Trabalho e Previdência social.

- Assegurar a aplicação prioritariamente na educação infantil dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservado para o ensino fundamental.

- Garantir nos Planos Plurianuais previsão de suporte financeiro as metas constantes no PME (Plano Municipal de Educação).
- Mobilizar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, para exercerem a fiscalização necessária para o cumprimento das metas deste Plano.
- Estabelecer em regime de colaboração com o estado e união, mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos art. 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica.
- Criar mecanismos para assegurar repasse automático dos recursos vinculados ao MDE para as Secretarias de Educação, cumprindo o art. 69, & 5º da LDB.
- Implementar mecanismos de fiscalização e controle que assegure o rigoroso cumprimento do art.212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Aprimorar as formas de participação e de efetivação dos processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, bem como aprimorar os processos de prestação de contas e controle social.
- Desenvolver junto às escolas projetos de educação e cidadania fiscal para que todos tomem ciência da importância da arrecadação municipal para manutenção dos gastos públicos.
- Elaborar projetos em parceria com a secretaria da fazenda para promover palestras informativas e esclarecedoras sobre conscientização fiscal.
- Estabelecer em regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada, compartilhando responsabilidades a partir das metas deste PME.
- Estimular o CME e apoiar tecnicamente dando condições de funcionamento.
- Assegurar no sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade.
- Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica.
- Apoiar os gestores escolares na participação em Programas de Capacitação à Distância para gestores escolares, com a colaboração das universidades, programas

diversificados de formação continuada e atualização visando à melhoria do desempenho no exercício da função ou cargo de diretores de escola.

- Instituir em todos os níveis Conselhos de Acompanhamento e Controle Social de todos os recursos destinados a educação.

- Instituir mecanismos de colaboração entre setores de educação, saúde, assistência para a manutenção e administração da escola de educação infantil Proinfância.

- Manter a transparência na aplicação dos recursos, mediante a disponibilização dos dados e informações para todo cidadão interessado, através de publicações oficiais.

- Planejar e realizar, em regime de colaboração entre as redes municipal, estadual, e privada, a formação continuada dos profissionais da educação.

- Formar parcerias para proporcionar capacitação aos funcionários da educação: secretários de escola, serventes, cozinheiras, motoristas.

- Aperfeiçoar a avaliação educacional, em todos os níveis e modalidades, redefinindo habilidades, valores, atitudes, conhecimento e competências em colaboração com as três redes de ensino.

- Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.

ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O detalhamento das ações propostas nos diversos Programas Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Tecnológico, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Profissionais da Educação e Financiamento e Gestão, com definição de metas anuais, como clientela a ser atingida, escolas, período de execução, recursos humanos, materiais e financeiros necessários, será possível, a partir da elaboração compartilhada da proposta orçamentária anual, ao longo do período de execução do Plano.

Acompanhamento: consiste em verificar o andamento da execução física e financeira dos Projetos e Atividades em termos de resultados, tempo e custos previstos.

Controle: consiste em verificar o grau de correspondência entre a programação e a execução para propor e exercer ações corretivas sobre os desvios constatados ou proceder a ajustamentos, quando necessários.

Avaliação: consiste em mensurar os resultados das ações desencadeadas, segundo critérios e padrões de quantidade e qualidade preestabelecidos, principalmente nos objetivos e metas.

Implementação: reforço com mais recursos nas ações – Projetos e Atividades - que demonstraram resultados positivos ou satisfatórios na redução dos desequilíbrios, insuficiências, lacunas ou desvios; adoção de medidas corretivas em outras ações, quando necessário.

A sistematização do processo de acompanhamento, controle e avaliação, buscando obter dados e informações objetivas, claras e seguras, é necessária para a realimentação do processo de planejamento e implementação de ações alternativas adequando e/ou redirecionando metas para a consecução da proposta política pedagógica consolidando o acesso, regresso, permanência com sucesso de todas as crianças, jovens e adultos, ainda não suficientemente escolarizados, em escola de qualidade.

O Plano Municipal de Educação é de grande importância e complexidade, pois tem o papel de estabelecer políticas de Educação nos próximos dez anos, pois planejar implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação das desigualdades. Assim, foram traçados mecanismos de acompanhamento e avaliação que deem segurança no prosseguimento e no que se planejou para se ter uma educação com qualidade, deixando sempre espaço aberto a adaptações, mudanças no que for necessário, conforme as exigências que ocorrerem neste período, para isso o plano será analisado constantemente para sabermos se estão sendo atingidas as metas e objetivos traçados.

A elaboração do Plano Municipal de Educação de Garruchos foi baseado no Plano Nacional de Educação quanto aos objetivos, metas, prioridades e diretrizes, sendo adequado a realidade do município, onde teve a participação de vários segmentos da sociedade para concretizá-lo.

No município de Garruchos os responsáveis diretos pela avaliação do Plano Municipal de Educação é o poder executivo, representado pela Secretaria Municipal de Educação, contamos também com o apoio do Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB.

Sabemos que ainda uma das melhores formas de acompanhar o Plano é a própria sociedade, por meio da organização de seus segmentos.

Considera-se muito importante a participação de entidades da comunidade educacional, do poder executivo, do poder legislativo, da sociedade civil diretamente interessados e responsáveis pelos direitos das crianças e do adolescente, para o

acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação, diante deste contexto não há como trabalhar de forma desarticulada.

De qualquer forma a SMEC, terá que usar de instrumentos de controle anual para verificar se cada meta foi ou não atendida.

Se alguma meta não está sendo alcançada ou alguma ação não implementada, será necessário retomar a decisão, estudando as causas do fracasso e redimensionar o PME quanto a elas. Em outras palavras: sendo o PME uma Lei, ela precisa estar sempre viva na consciência da população e na preocupação de legisladores e executores.

Os objetivos e metas deste Plano somente poderão ser alcançados se ele for concedido e acolhido como Plano do município, mais do que Plano de um governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesmo.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, Saraiva, 1998.
2. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DOU, de 23/12/96
3. BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Brasília, 1996.
4. BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, Aprova o Plano Nacional de Educação, Brasília, DOU, de 10/02/2001
5. BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.
6. BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
7. BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.
8. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Decenal de Educação para Todos. 1993-2003. Brasília, MEC, 1993.
9. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. O Projeto Pedagógico da Escola. Brasília, MEC, 1994.
10. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Estratégias de Mobilização Educação para Todos/Todos pela Educação. Brasília, MEC/UNICEF, 1994.
11. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC, SEF, 1997.
12. BRASIL. Conselho Nacional de Educação - CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais: em todos os níveis e modalidades da Educação Básica - Brasília, 1997 - 2001.

INTRODUÇÃO 2

Este documento prioriza a construção coletiva das políticas públicas para a Educação e constitui-se de ideias e sugestões de vários segmentos das comunidades escolares com participação de entidades representativas coordenado pela Secretaria Municipal de Educação com apoio do Conselho Municipal de Educação, usando como referência o Plano Nacional de Educação.

Tem como objetivo de propiciar a descentralização administrativa, bem como a participação dos diversos atores da sociedade envolvidos com a educação, para que haja um comprometimento nesse processo democrático onde foram diagnosticados seus problemas, suas virtudes e avanços, sentimos que temos grandes desafios a enfrentar para alcançar um nível de desenvolvimento educacional compatível com as aspirações sociais e com as demandas da sociedade.

Faz-se necessário um constante envolvimento e um maior comprometimento de toda a comunidade escolar. Portanto compete ao poder público formular políticas e programas que garantam e viabilizem recursos para o desenvolvimento integral, de forma que complete a ação da família. No entanto salientamos a importância da criação desse plano na política educacional, pois ela norteará a educação num período de dez anos dando segurança e prioridade na qualidade da educação, contribuindo para a construção de uma proposta, dando horizontes de expansão e melhorias na educação.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GARRUCHOS-RS, aos 16 dias do mês de junho de 2015.

CARLOS CARDINAL OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ DORVAL DINIZ DOS SANTOS
Secretário Municipal da Administração